

5 ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

Nesse capítulo, analisam-se os dados obtidos na pesquisa de campo, referentes aos aspectos produtivos e econômicos, ambientais e sociais, resultantes do modelo agrícola implementado no município de Uruçuí, com o objetivo de comprovar a hipótese deste trabalho. Organizou-se o capítulo em três subitens, seguidos de um resumo conclusivo. O primeiro subitem apresenta o desempenho da produção agrícola do município, discutindo os aspectos produtivos, área plantada, eficiência econômica e perfil tecnológico dos produtores. O segundo versa sobre aspectos ambientais, considerando o cumprimento da legislação trabalhista e ambiental, quanto ao EIA/RIMA, ao licenciamento, além da atuação do Estado na região. Por fim, aborda-se o aspecto social dos empreendedores e dos assalariados, bem como os distintos tipos de empregos gerados por esses empreendimentos.

5.1 PRODUÇÃO: ASPECTOS QUANTITATIVOS E TÉCNICOS

No município de Uruçuí, entre os anos de 1990 e 2003, observa-se uma acelerada urbanização, típica de espaço característico de expansão agrícola, com rápida modernização e intenso movimento migratório de produtores rurais, com vistas à produção de grãos.

Do universo pesquisado (31 empresas), 84,85% dos proprietários são originários de outros estados da Federação (destaque para as regiões Sul e Centro-Oeste), com experiência em produção de grãos, uma vez que eram arrendatários em seu local de origem. Foram atraídos para Uruçuí, principalmente, pelo baixo preço da terra, pela lógica produtivista e possibilidade da melhoria das condições econômicas, além dos incentivos fiscais e financiamentos disponíveis. Os produtores originários do Piauí representam apenas 15,15% do total e possuem as menores áreas plantadas com soja.

A sojicultura no Cerrado de Uruçuí é uma atividade que ocorre em grandes e médias superfícies, na medida em que 48% dos estabelecimentos contam com mais de 1.000 ha e 18% estão no estrato médio (entre 501 ha e 1000 ha). No entanto, neste grupo existem

somente seis propriedades e, destas, somente duas possuem áreas de 501ha; as demais têm superfícies de 1000 ha. O estrato com até 500 ha representa 34% do total. A maior área cultivada possui 19.500 ha e a menor, 40 ha. Todos os produtores do universo pesquisado são proprietários. (Ilustração 10).

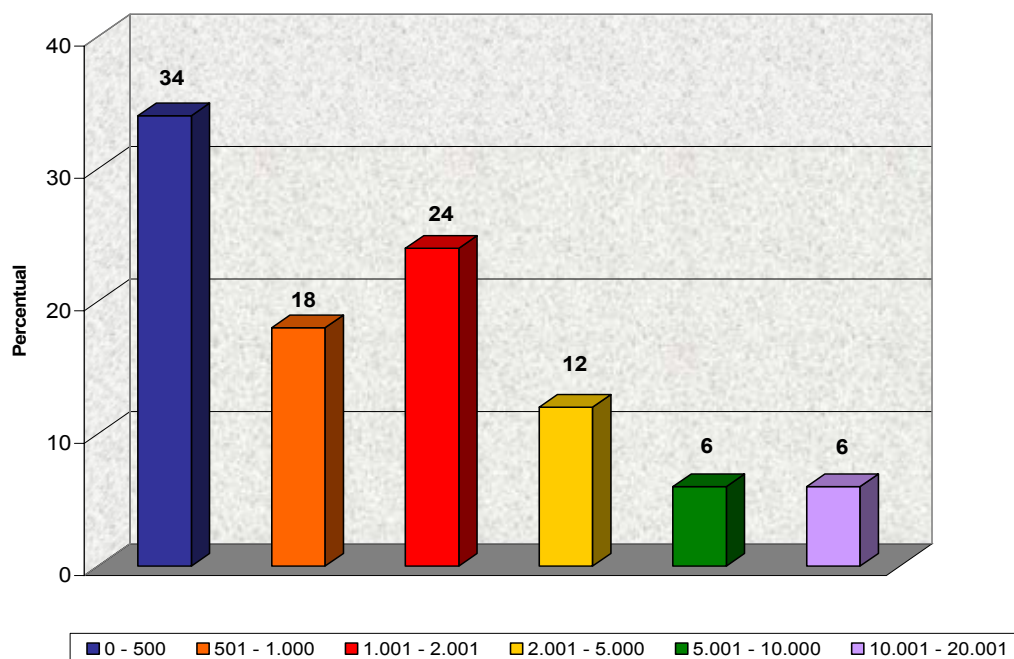


Ilustração 10 – Estratificação da área plantada dos empreendimentos analisados no município de Uruçuí-PI (2003-2004)

Fonte: A Autora

Esses dados comprovam o processo histórico de ocupação do Cerrado piauiense, uma vez que já no início do século XVII foi ocupado por vastas fazendas de gado, em decorrência da migração de colonos oriundos de outras regiões (baianos, paulistas/bandeirantes e sesmeiros), incentivados pelo Poder Público. Esses grandes fazendeiros incorporaram um número infinito de terras, transformando o território em generoso latifúndio. Passados mais de três séculos, e guardando-se as devidas proporções, a ocupação do cerrado de Uruçuí continua centrada numa estrutura fundiária concentracionista, direcionada para a produção de grãos, com tecnologias modernas e avançadas. Ou seja, que a modernização conservadora da agricultura ocorrida em outras regiões brasileiras se intensifica de forma sistemática e acelerada no município de Uruçuí, promovendo a concentração de terra e de renda.

A soja é a cultura que predomina de forma absoluta em todos os grupos de área. Na faixa de 0 a 500 ha, esta cultura representa 33%; o arroz, 12%; e o milho, 3%. No

grupo seguinte, a soja tem 18,18%; o arroz, 3,03%; o milho e o feijão são insignificativos. Acima de 1000 ha, a soja tem expressão relevante com 48,48% da área, o arroz com 6,06 % e o feijão com 3,03 %. (Ilustração 11).

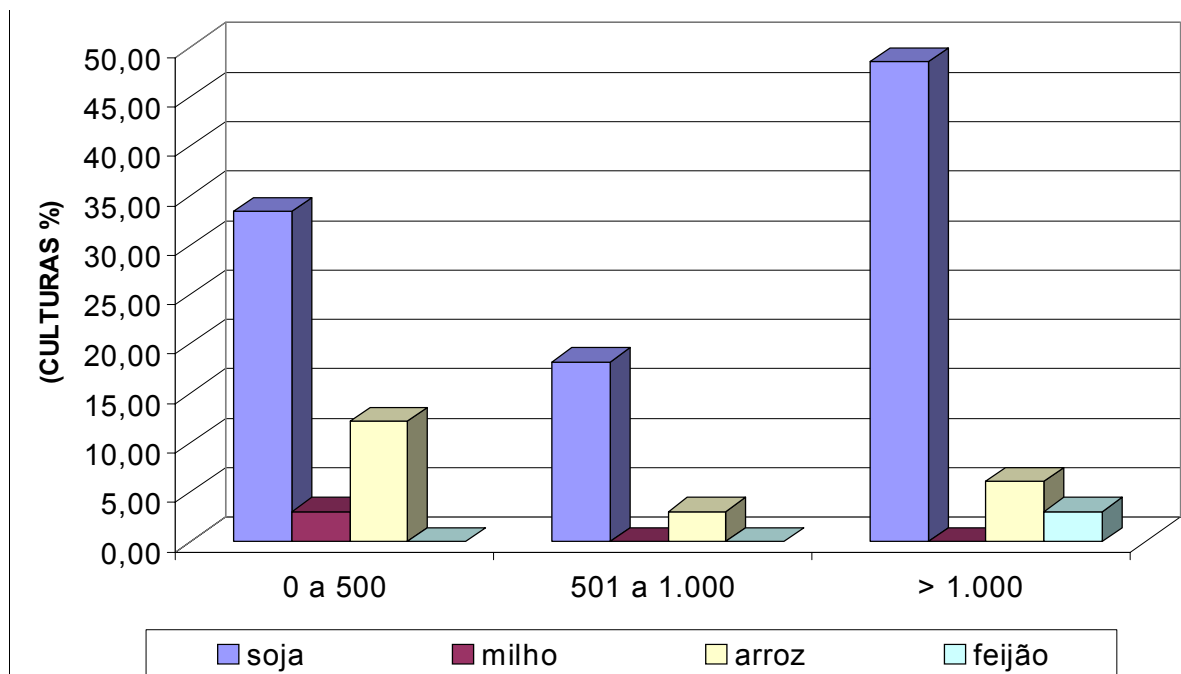


Ilustração 11 – Área plantada das principais culturas nos empreendimentos analisados no município de Uruçuí-PI (2003-2004)

Fonte: A Autora

Ao mesmo tempo em que a soja está presente em todos os grupos de área plantada, com destaque para o grupo acima de 1000 ha, o milho, o arroz e o feijão têm reduzido suas áreas de culturas ao longo dos anos, ou seja, à medida que a produção de soja incrementa-se na região, acontece o processo inverso com os outros tipos de grãos. Isso ocorre porque o Cerrado tornou-se estratégico para a expansão da fronteira agrícola no Estado e no País, além de consistir em um importante pólo para implementação das políticas públicas de incentivos fiscais através da isenção de ICMS, da implantação de núcleos de pesquisa. Portanto, à proporção que o Estado promove a inserção do Cerrado no processo produtivo, a cultura da soja tende a incorporar novas áreas.

Os resultados da pesquisa mostraram uma certa uniformidade entre os produtores quanto à busca por alta eficiência e rendimento da cultura, haja vista a assistência

técnica ser utilizada por 100% dos empreendedores agrícolas, demonstrando sua importância para a elevação da produtividade. A assistência técnica é fator fundamental para a obtenção do retorno econômico da soja. Quase sempre a produção é assistida por empresas de planejamento, de revenda de insumos ou, ainda, os produtores se cotizam e pagam consultores, o que significa que os órgãos públicos não prestam assistência técnica. Alguns estabelecimentos contratam técnicos agrícolas; no entanto, a mão-de-obra especializada é oriunda de outras regiões com tradição no cultivo da soja.

A soja é a cultura principal em quase todos as empresas agrícolas no Cerrado de Uruçuí, concentrando 96% do total. O arroz se destaca como atividade secundária, sendo cultivado em 90% das áreas, seguido do milho, com 10% (Ilustração 12).

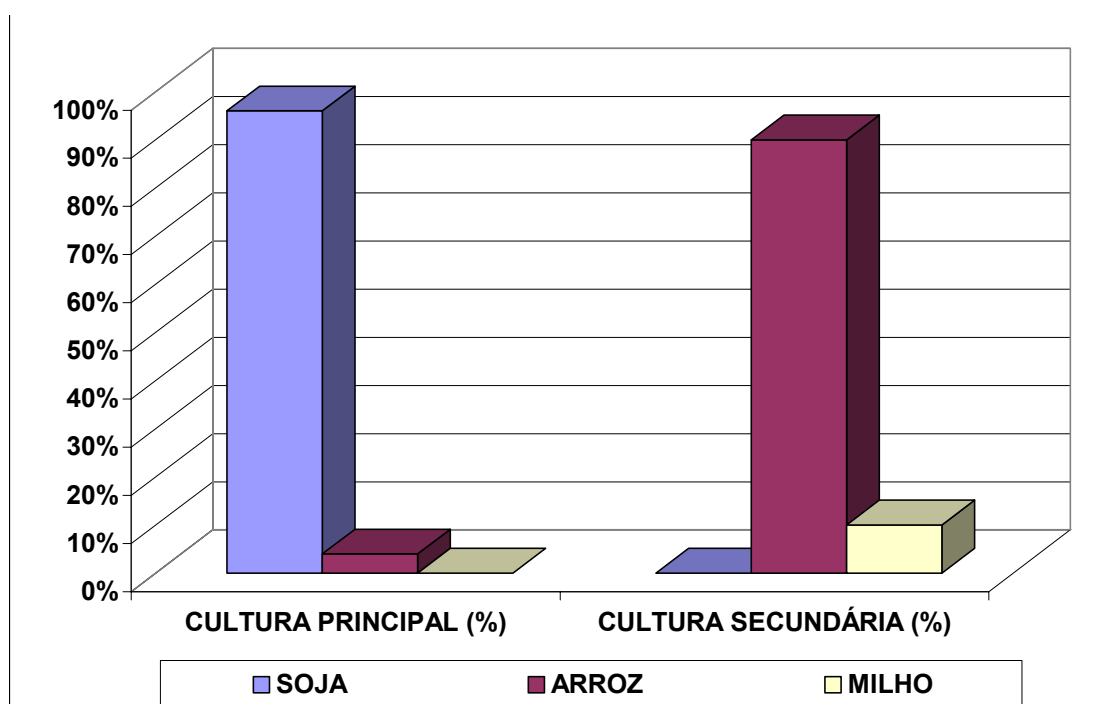


Ilustração 12 – Culturas principais e secundárias dos empreendimentos analisados no município de Uruçuí-PI (2003-2004)

Fonte: A Autora

Infer-se que a agricultura já nasceu moderna em Uruçuí, pois as experiências vivenciadas e desenvolvidas no Brasil (como pesquisa, assistência técnica e crédito) que incorporaram essa região na produção agropecuária, aliadas às condições ambientais de solos, de luminosidade, de áreas planas propícias à mecanização, além do baixo preço das terras, são implementadas com eficácia no Município, ocasionando um progressivo crescimento da produção de soja. Logo, a ocupação do Cerrado piauiense segue o mesmo receituário de agricultura ocorrido em outras regiões brasileiras, trazendo a euforia das grandes safras de

grãos oriundas da modernização.

No entanto, a partir da discussão da necessidade de implementação do desenvolvimento sustentável enquanto política pública, rediscute-se a visão produtivista estabelecida como modelo de desenvolvimento para essa região. Dessa forma, os aspectos sociais e ambientais passaram a constituir importantes elementos a ser incorporados na dinâmica econômica e não somente o crescimento econômico.

Essa proposição começou a se fortalecer com a construção da *Agenda 21 Brasileira*, documento resultante da ECO 92, que adotou a agricultura sustentável como um dos temas centrais a ser discutido, além disso incorporou alguns artigos da CF/88, dentre os quais o 225, que trata especificamente da agricultura ecologicamente equilibrada como um bem coletivo.

Apesar desse intenso debate, a pesquisa identificou que o perfil tecnológico dos sojicultores revela uma racionalidade na condução da atividade agrícola com o intuito de alcançar a agricultura de precisão, a produção de escala e a eficácia econômica. Para tanto, essa atividade é precedida de intenso fluxo de capital e do pacote tecnológico, através de análise de solo, adubação química, aplicação de defensivos químicos (agrotóxicos), controle de ervas daninhas química ou mecanicamente, preparo do solo, plantio e colheita mecanizados e compra de sementes fiscalizadas/certificadas para o plantio. Dessa forma, a rotação de cultura e o plantio direto, práticas consideradas menos impactantes, vêm sendo adotadas por 15% dos empreendimentos estudados.

Quanto à armazenagem, esta é realizada a granel e em silos, mostrando que a soja é produzida em grande quantidade, buscando-se ganhos de escala. A comercialização da safra ocorre diretamente com as empresas Bunge e Cargil e com o mercado interno das capitais do estado do Ceará (Fortaleza) e do Piauí (Teresina). O óleo produzido é semibeneficiado no município, sua industrialização que é a agregação de maior valor é feita no estado de Pernambuco. O farelo de soja é um subproduto bastante comercializado na região.

Historicamente, a aquisição de terras no Cerrado piauiense era realizada a preços simbólicos. O baixo preço constitui, portanto, um dos fatores de atração de

empreendedores agrícolas. A expansão dessa atividade, no entanto, provocou a elevação dos preços das terras em Uruçuí, uma vez que, em 2000, o hectare custava o equivalente entre 10 a 20 sacas de soja; em 2004, subiu para 40 sacas de soja, o que corresponde atualmente em torno de R\$1.200,00. Não obstante essa elevação, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o preço médio da terra nua (sem benfeitorias), em 2003, nos estados que possuem área de Cerrado variou de R\$ 142, 61 por hectare, no Maranhão, a R\$ 1.300,00, no Distrito Federal¹. Donde infere-se que, apesar de a FGV não dispor desses dados para o Piauí, o menor valor de terra encontra-se no Cerrado setentrional, ou seja, onde se localiza o município de Uruçuí.

Sendo assim, verifica-se que a modernização da agricultura que vem se consolidando a partir da década de 1990 desenvolve-se em Uruçuí com o uso de moderna tecnologia na produção de grãos, com o objetivo de atingir a alta eficiência produtiva, com racionalidade na condução das atividades para evitar perdas e aumentar os lucros.

5.2 ASPECTOS AMBIENTAIS

Conforme apresentado anteriormente, a legislação ambiental brasileira tem como marco principal a PNMA, que foi a primeira lei voltada para a proteção ambiental. Posteriormente, a CF/88 adotou em todo o seu texto o princípio do desenvolvimento econômico aliado à proteção ambiental. Esse conjunto de leis criou dispositivos importantes que promovem o maior controle das atividades impactantes ao meio ambiente. Dentre esses mecanismos, estão a AIA, implementada pelos EIA/RIMA's; as resoluções do CONAMA; e o licenciamento ambiental. Ademais, a lei recomenda que o órgão ambiental emita um termo de referência para embasar os EIA em seus estudos. Todavia, o órgão ambiental do Piauí, SEMAR, ainda não elaborou esse termo. Logo, os empreendedores utilizam como referência a resolução do CONAMA, referente a esse assunto.

Segundo essa legislação, todos os empreendimentos agrícolas que geram

¹ Nos demais estados, os valores são: R\$ 240,68 em Rondônia; R\$ 271,57 em Tocantins; R\$ 496,48 no Mato Grosso; R\$ 528,15 em Minas Gerais; R\$ 964,91 em Goiás; e R\$ 1.112,32 no Mato Grosso do Sul.

impactos ao meio ambiente devem solicitar licenças nos órgãos competentes e para que as mesmas possam ser emitidas faz-se necessário apresentação dos estudos de AIA e seus respectivos RIMA's das atividades propostas. A lei exige que todas as atividades agropecuárias com áreas a partir de 1.000 hectares requeiram essas avaliações. No entanto, nos Cerrados do Estado, essa exigência estende-se aos projetos agrícolas que utilizam área superior a 900 hectares, como forma de garantir que a legislação não seja burlada, pois anteriormente muitos empreendedores registravam áreas para plantio de até 999 ha e dessa forma não era obrigatório a apresentação do EIA/RIMA, como essa prática tornou-se usual, foi feito um termo de ajuste exigindo EIA/RIMA de áreas a partir de 900 ha.

Esses estudos têm caráter preventivo e visam assegurar um desenvolvimento não impactante e sustentável das atividades planejadas. Além de servir como instrumento balizador para tomada de decisão do órgão público com competência para autorizar ou não o empreendimento, permite também que a sociedade civil se posicione a respeito das atividades impactantes que devem ser executados e analisados por equipes multidisciplinares dos órgãos competentes.

Todavia, dos 31 projetos pesquisados, foram encontrados na SEMAR somente 15 EIA/RIMA, o que corresponde a 48,38% do total. Os demais (51,62%) não foram localizados, sem que haja explicação para o fato. De acordo com o depoimento de um dos mais antigos Analistas Ambientais da SEMAR, foram exigidos EIA/RIMA de todos os licenciamentos solicitados ao longo desse tempo. Segundo esse técnico, os donos dos projetos podem ter trazido apenas uma via do estudo e, após a análise e adequação, os mesmos não os receberam de volta. No entanto, em conformidade com o agrônomo que elaborava EIA/RIMA no município de Uruçuí, antes de 2002, a grande maioria das licenças ambientais era emitida sem muitas exigências dos EIA/RIMA e, após esse período, o órgão ambiental passou a ser mais criterioso quanto à emissão das licenças.

O relato de outro técnico da SEMAR vem ratificar essa afirmação. O quadro de técnicos da instituição é reduzido, o apoio logístico precário e a demanda elevada, contribuindo para a não efetivação da fiscalização dos empreendimentos na região dos Cerrados, o que possibilita o início das atividades de muitos projetos agrícolas antes da liberação das licenças requeridas.

Ainda de acordo com o mesmo técnico, os projetos que têm recursos próprios não se preocupam com os trâmites legais, ou seja, não procuram o órgão ambiental para solicitar o licenciamento e elaborar EIA/RIMA, já que esses estudos representam um custo para o empreendedor. Um outro motivo possível é o extravio desse documento dentro do próprio órgão ambiental, uma vez que somente a partir do ano de 2004 se iniciou a organização do arquivo no Departamento de Licenciamento e Fiscalização.

No entanto, todas as empresas têm área plantada, como evidencia a Ilustração 10, mesmo sem EIA/RIMA. Averiguou-se também que oito estabelecimentos mudaram de nome e razão social, artifício utilizado para evitar possíveis autuações pelos órgãos ambientais, ou ainda quando há algum problema de licenciamento.

Ademais, verificou-se que, dentre os 48,38% de EIA pesquisados, 53% apresentam o RIMA no mesmo documento do EIA, isto é, não é apresentado em documento separado com linguagem acessível à sociedade. Esse procedimento fere a legislação ambiental vigente, uma vez que o RIMA consiste em um documento que deve conter todas as informações sobre o projeto, os resultados dos estudos técnicos e científicos, da avaliação de impactos, de forma sucinta com termos que sejam de alcance do público leigo, de modo que possa ser apreciado e conhecido pela sociedade civil e discutido, se assim necessário, através de audiências públicas, onde é feito um pacto entre empresários, sociedade civil e Poder Público. Suas cópias devendo permanecer à disposição de qualquer interessado na biblioteca do órgão ambiental.

As licenças ambientais são outro influente mecanismo de defesa do meio ambiente. Sua emissão deve ocorrer após análise e aprovação dos EIA/RIMA e devem estar associadas diretamente à comprovação da existência das áreas de reserva legal de cada empreendimento. Por isso, a partir de 2004, exige-se que essas áreas sejam geo-referenciadas. Do universo pesquisado de 31 projetos, 51% receberam a emissão de licenças e 49% não foram licenciados (Ilustração 13).

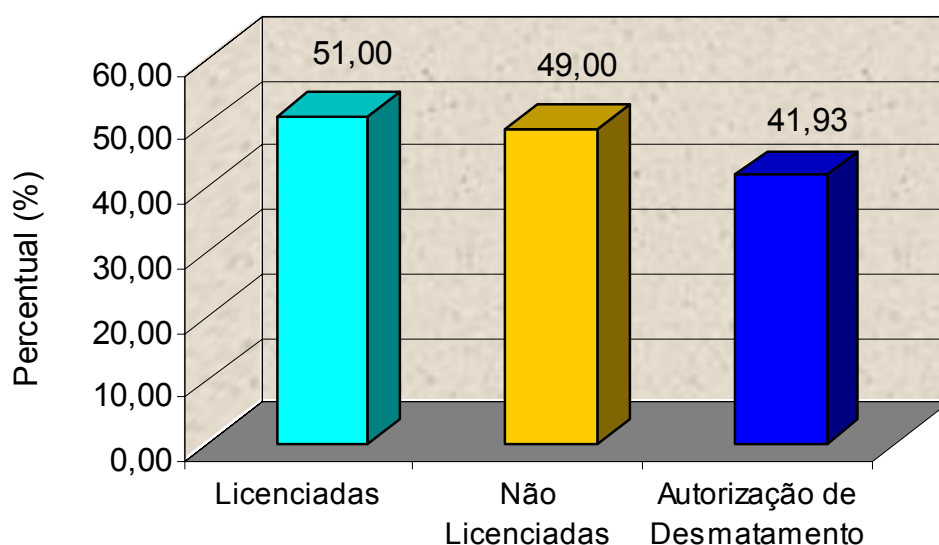


Ilustração 13 – Empreendimentos licenciados e não licenciados e com autorização de desmatamento no município de Uruçuí-PI (2004)

Fonte: A Autora

Nota: Dados da SEMAR e do IBAMA

As autorizações de desmatamento são procedidas pelo IBAMA, após emissão da licença prévia pela SEMAR. Do universo pesquisado, foram emitidas 41,93% de autorizações de desmatamento, significando que 58,07% dos empreendimentos não receberam autorização para tal operação. Dados confirmam a necessidade de fiscalização na região, para garantir que os desmatamentos sem critérios não ocorram, impactando os solos, os recursos hídricos, a fauna e a flora, além de garantir que Áreas de Reserva Legal sejam mantidas em cada empreendimento. A área de reserva legal corresponde à área de no mínimo 20% do total de cada propriedade e foi instituída pelo Código Florestal Brasileiro, devendo ser averbada em cartórios. Constitui, por um lado, importante mecanismo de garantia da preservação do ecossistema em áreas produtivas e, por outro, propicia a formação de corredores ecológicos. No Cerrado da região, o IBAMA exige que sejam destinados 30% para reserva legal, para garantir que mais áreas sejam incorporadas à preservação desse ecossistema.

A maior dificuldade em relação às Áreas de Reserva Legal está em localizá-las posteriormente pela fiscalização. No entanto, esse problema vem sendo contornado. Desde 2004, vem sendo exigido que essas áreas sejam geo-referenciadas (com localização das coordenadas geográficas). Essa estratégia, além de facilitar sua localização nas áreas cultivadas, permite o reconhecimento do cumprimento ou não da legislação. Verificou-se, durante a pesquisa, que alguns empreendimentos dividem a área total em lotes menores para,

dessa forma, diminuir também a área de reserva legal.

Dentre as licenças emitidas, 100% são licenças prévias, correspondendo a 16; 81,25% são de instalação, equivalendo a 13 (destas, 5 estão no prazo de validade) e 18,75% são de operação (são 3, sendo que somente 1 foi renovada). (Ilustração 14).

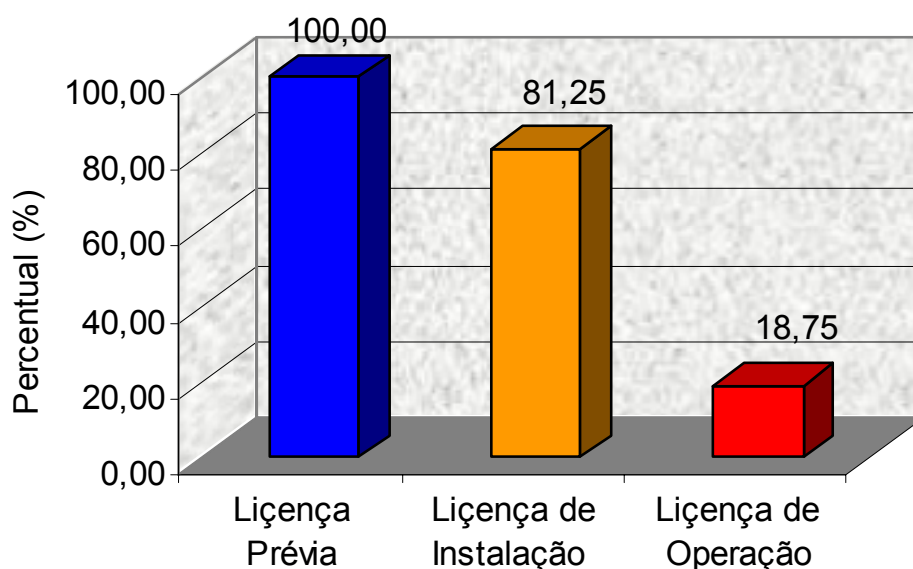


Ilustração 14 – Percentual de estabelecimentos licenciados, por tipos de licença no município de Uruçuí-PI (2002-2004)

Fonte: A Autora

Nota: Dados da SEMAR

A pesquisa demonstra também que a maioria dos projetos passam a operacionalizar somente com a licença prévia e de instalação, sem se preocupar com a outra licença, pois dos 16 que adquiriram a licença prévia, 13 solicitaram a licença de instalação e somente 3 a licença de operação, ou seja, 81,25% estão operando sem essa licença. Todavia, a partir da exigência das licenças ambientais pelos agentes financiadores dos projetos agrícolas (os bancos), essa realidade começa a mudar, ou seja, somente quando os recursos financeiros são passíveis de ameaças os empreendedores obrigam-se a discutir a questão ambiental.

Os projetos cujos financiamentos são próprios não se preocupam em requerer as licenças ambientais, demonstrando pouca consciência ambiental ou falta de conhecimento da importância da legislação ambiental

Essas informações manifestam o pouco cumprimento da legislação no Município. Nessa perspectiva, faz-se mister que o Estado, como órgão fiscalizador, se faça mais presente na região, pois sua atuação vem se dando de forma tímida e pouco sistemática,

apesar do número reduzido de técnicos e da estrutura precária do órgão ambiental responsável pelos licenciamentos, que não efetiva a fiscalização com mais agilidade.

Com vista a disciplinar o uso e ocupação do Cerrado no Estado de forma racional, foram emitidos, no ano de 2003, dois importantes Decretos Estaduais (PIAUÍ, 2004a, 2004b). O primeiro versa sobre a obrigatoriedade da apresentação do título de propriedade e do geo-referenciamento do imóvel, assim as licenças só serão expedidas mediante a comprovação dessa exigência, com o objetivo de diminuir o problema de grilagem de terras na região. O segundo exige que as áreas de reserva legal sejam contínuas (sem interrupção) e contíguas (juntas) às outras Áreas de Reserva Legal existentes nos outros estabelecimentos ou as Áreas de Preservação Permanente, se existir.

Esses Decretos são um marco importante na legislação ambiental direcionado para ocupação e uso sustentável dos recursos naturais dos Cerrados do Piauí, enquanto medida mitigadora relevante para a sustentabilidade desse Ecossistema, na medida em que viabiliza grandes áreas de preservação com formação de corredores ecológicos. No entanto, faz-se necessária a presença efetiva do Poder Estatal na região, para que se garanta o cumprimento dessa legislação.

No que diz respeito ao cumprimento da legislação trabalhista, 25% desses empreendimentos foram autuados pela DRT-PI, por não cumprirem os direitos básicos dos assalariados rurais. (Ilustração 15).

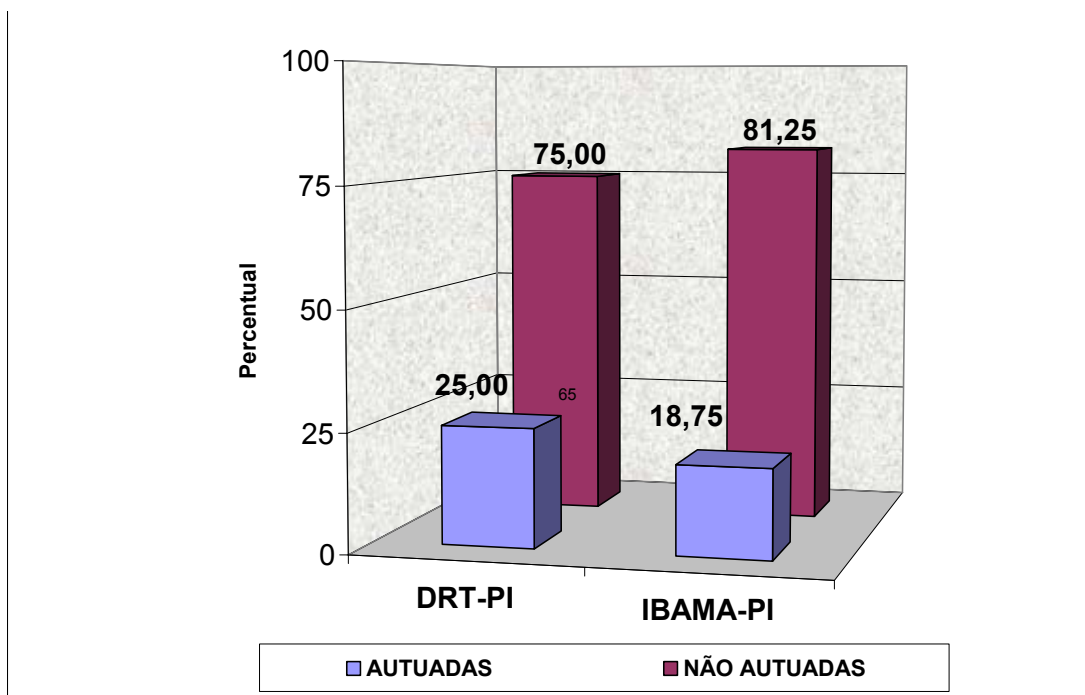


Ilustração 15 – Estabelecimentos autuados no município de Uruçuí-PI (2004)

Fonte: A Autora

Nota: Dados do IBAMA e DRT-PI

Apesar da última Convenção Coletiva de Trabalho, assinada na região, em 2004, pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios de Uruçuí, Antônio Almeida, Bertolínea, Sebastião Leal, Ribeiro Gonçalves e Baixa Grande do Ribeiro, pela FETAG-PI, pelo STR-Uruçuí, pela Federação da Agricultura no Estado do Piauí (FAEPI), com o objetivo de nortear o cumprimento da legislação trabalhista no campo, denota-se que esses direitos não estão sendo cumpridos, haja vista o número de empresas que estão sendo autuadas. Se estas fiscalizações fossem sistemáticas e contínuas, o número de autuações poderia ser mais elevado, pois a última fiscalização realizada na região foi no início de 2004. No entanto, para dirimir essa problemática, nessa última Convenção foi criada a comissão de entendimento e fiscalização paritária que deve funcionar no próprio município, com finalidade de garantir o cumprimento dessa Convenção. Além disso, no depoimento de auditores fiscais da DRT-PI e nos relatórios, afirmaram que os trabalhadores foram encontrados desempenhando atividades consideradas degradantes.

O IBAMA autuou 18,75% do total de empreendimentos agrícolas pesquisados, devido aos desmatamentos de áreas sem as devidas autorizações, ficando 81,25 % do total dos projetos, sem autuações. (Ilustração 15).

5.3 ASPECTOS SOCIAIS

A origem dos empresários que exploram a região expressa que a ocupação do Cerrado de Uruçuí não se diferencia das formas de ocupação desse Ecossistema ocorridas nas demais regiões brasileiras, isto é, os migrantes sulistas considerados os “novos bandeirantes” continuam sendo os desbravadores desse processo produtivo, imaginando que estejam trazendo o desenvolvimento para a região.

Sendo assim, constatou-se que o nível de escolaridade dos empreendedores é elevado, uma vez que 78% e 22% possuem nível médio e superior, respectivamente. Essa situação explicita a grande probabilidade de conhecimento técnico da produção, e das legislações ambiental e trabalhista. Então, se os mesmos não as cumprem, deve-se considerar outros motivos e não o grau de instrução.

Os assalariados rurais com empregos permanentes correspondem a somente 9,75% nos projetos agrícolas e, desse total, 66% são alfabetizados, devido às atividades exercidas por esta categoria exigirem mão-de-obra qualificada, cujas principais funções são operador de máquina, gerente e/ou administrador das fazendas e serviços gerais. (Ilustração 16).

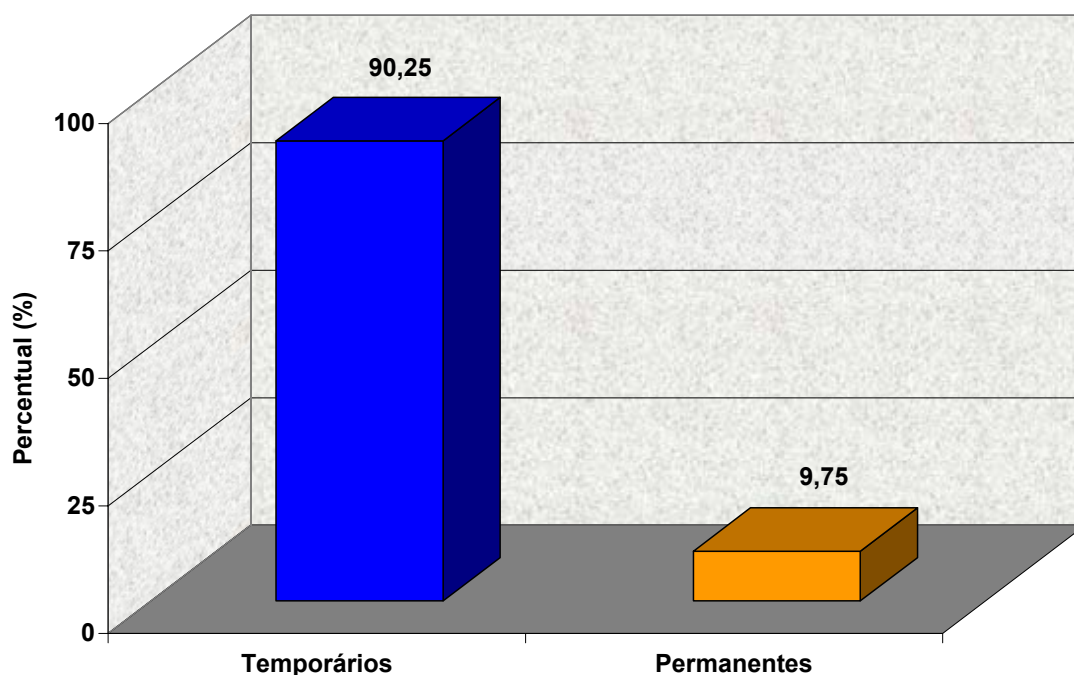


Ilustração 16 – Empregos temporários e permanentes dos empreendimentos agrícolas no município de Uruçuí-PI (2004)

Fonte: A Autora

Por outro lado, 90,25% dos empregos gerados nos empreendimentos são temporários e concentram-se na abertura de novas áreas, após o desmatamento, quando são necessários catadores de garranchos e raízes. Esses trabalhadores são diaristas, têm baixo grau de instrução (geralmente analfabetos), e oriundos da própria região (nativos). São contratados, em geral, através de intermediários.

Do total de trabalhadores assalariados, apenas 11% são afiliados ao STR-Uruçuí, o que demonstra a quase inexpressividade no grau de organização social desses trabalhadores. Justifica-se essa situação em função da recente formação dessa nova categoria em Uruçuí – últimos dez anos – decorrente da modernização agrícola, que alterou as relações sociais de produção. Além disso, na sua maioria, os trabalhadores são avulsos ou temporários, redundando numa rotatividade de mão-de-obra que impossibilita a permanência dos mesmos em locais fixos por muito tempo e que possam servir de referência. Justifica-se também, a não deflagração de uma campanha de sindicalização por parte do STR-Uruçuí contribui para o baixo índice de sindicalizados .

O não acesso à terra, uma vez que, segundo os dados da pesquisa, 85% dos

trabalhadores não possuem terra própria, incentiva os moradores da região a deixar suas comunidades, abandonando inicialmente suas atividades tradicionais de agricultura familiar para aspirar à condição de assalariados rurais, que, na maioria das vezes, são contratados para atividades que exigem pouca ou nenhuma qualificação. Percebem, portanto, baixos salários, uma vez que essa investigação detectou que 94% dos mesmos auferem até dois salários mínimos. Além disso, o número de empregos diretos oferecidos por esses projetos é reduzido, uma vez que o cultivo dessas extensas áreas é realizado por máquinas, diminuindo assim o volume de necessidade de trabalho.

Logo, a produção de grandes safras não reflete em aumento do número de empregos diretos, ao contrário, a necessidade de incorporação de novas áreas aumenta o êxodo rural. Devido à baixa remuneração, os trabalhadores assalariados precisam complementar sua renda através da agricultura familiar, constituindo, assim, uma segunda atividade.

Constata-se essa baixa remuneração através do IDHM do município. Este consiste em um índice que afere o nível de desenvolvimento humano, ou seja, a qualidade de vida da população local, a partir das dimensões Educação, Longevidade e Renda. Entre os anos de 1991 e 2000, a dimensão Renda apresentou o menor desempenho em Uruçuí, refletindo que o crescimento econômico da produção de soja não está contribuindo para a distribuição de renda e melhoria das condições de vida da população.

Ademais, em conformidade com o depoimento de um agricultor, as empresas instaladas nos Cerrados de Uruçuí que, por conseguinte, possuem elevado poder econômico, estão adquirindo grandes áreas das “frentes de serviços”, fato que leva nativos que vivem da terra a perder para as grandes empresas espaço para desenvolverem suas atividades agrícolas. Onde infere-se que a modernização da agricultura em Uruçuí consiste em um dos fatores que contribuem para a redução das culturas tradicionais, para a concentração de terra e de renda, caracterizando-se, então, como um fenômeno típico de área ocupada com produção de grãos em grande escala.

5.4 RESUMO CONCLUSIVO

O presente capítulo analisou de forma sucinta o processo de ocupação do Cerrado no município de Uruçuí, explicitando o acentuado dinamismo econômico na região. Esse dinamismo decorre da moderna agricultura granífera desenvolvida por empresários capitalizados provenientes de outras regiões brasileiras, que ali se instalaram devido, principalmente, ao fácil acesso à terra e às condições ambientais favoráveis.

A soja é a cultura de maior ascendência nesse processo. Sua produção ocorre em todos os estratos de áreas, porém, destacando-se nas áreas maiores de 1.000ha., donde infere-se que é uma atividade que contribuiu para o aprofundamento da concentração fundiária em Uruçuí. Ademais, à medida que aumenta sua produção, processo inverso ocorre com as culturas tradicionais.

No aspecto ambiental, a metade dos empreendimentos pesquisados está produzindo sem elaboração dos EIA/RIMAS, enquanto a maioria das empresas operacionaliza somente com licença prévia, sem preocupação em adquirir as outras licenças ambientais, sobretudo se os recursos são próprios. No entanto, essa realidade tende a mudar agora que os agentes financeiros estabeleceram como critério para liberação de recursos o cumprimento da legislação mínima ambiental. Todavia, apresentam-se, também, dificuldades concretas dos órgãos ambientais para fiscalizar a região, em decorrência, principalmente, da falta de estrutura e de recursos humanos.

Predominam nos empreendimentos empregos temporários, oferecidos na abertura de novas áreas para plantio. São ocupados, geralmente, por diaristas da região, com baixo índice de escolaridade. A maioria desses trabalhadores não é sindicalizada e não possui terra.

A discussão sobre a exploração que ocorreu em outras regiões do Cerrado no Brasil, e que no estado do Piauí vem se concretizando a partir da década de 1990, encontra-se em construção. Nesse sentido, faz-se mister viabilizar-se um novo padrão produtivo na agricultura dos Cerrados de Uruçuí, o qual valorize os recursos naturais, mantenha as características dos agroecossistemas por longos períodos, além de considerar a inclusão social como parte importante do processo. Com vistas a efetividade da agricultura sustentável,

necessita-se da interação entre o atual modelo e outro, alternativo, de forma a se complementarem, gerando as condições para viabilizar uma produção sustentável.